

GRILAGEM DE TERRA

Empreiteiro Cecílio do Rego Almeida é investigado por CPI da Câmara que apura a maior apropriação indevida de terra pública do país. Área de dois municípios paraenses supostamente grilados equivalem a espaço de quase cinco milhões de campos de futebol

O dono da geografia

Cristina Ávila

Da equipe do **Correio**

Uma das maiores grilagens de terras da história do Brasil está com os dias contados. Uma equipe formada pelo Ministério Público, Polícia Federal e Ministério do Desenvolvimento Agrário conseguiu provar que 4,772 milhões de hectares (uma área equivalente a quase cinco milhões de campos de futebol oficial) de terras na Amazônia — nos municípios paraenses de Altamira e Novo Progresso — foram apropriados com base em documentos falsos pela família do dono da C.R. Almeida, Cecílio do Rego Almeida.

A apropriação das terras foi conseguida com a falsificação de registros no Cartório de 1º Ofício da Comarca de Altamira. E diversas instituições estão mobilizadas para desmascarar a falcatura.

Na Câmara Federal, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Ocupação de Terras Públicas na Amazônia (CPI da Grilagem) está empenhada em ouvir depoimentos de envolvidos. No Pará, a Superintendência da Polícia Federal procura os responsáveis pelas falsificações de papéis.

Ao mesmo tempo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário intervém no sistema fundiário em todo o país. Em dezembro do ano passado, cancelou os registros cadastrais de propriedades rurais com mais de 10 mil hectares, impedindo proprietários de negociarem os imóveis ou usarem essas terras como garantias de dívidas.

No balanço final sobre investigações de grilagem, em julho deste ano, o ministro Raul Jungmann apresentou o "Caso C.R. Almeida" em destaque, dizendo que as terras jamais pertenceram àqueles que as teriam vendido à empresa da família Almeida.

Há dois meses, o Ministério Público Federal no Pará conseguiu que o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília, concedesse liminar possibilitando que a questão passe a tramitar na Justiça Federal, ao invés da justiça comum no estado.

TERRA ROUBADA

O tamanho das terras griladas é maior do que vários estados brasileiros. Como o Rio de Janeiro, que tem 4,3 milhões de hectares ou Alagoas, que tem 2,7 milhões de hectares. E o que torna ainda mais grave a grilagem: segundo o procurador da República no Pará, Felfício Pontes Júnior, dentro dos 4,772 milhões hectares estão três territórios indígenas — Baú, Xipaya e Curuai —, duas áreas de assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a Floresta Nacional de Altamira, unidade de conservação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Natu-

rais Renováveis (Ibama).

Mas foi o procurador do estado Carlos Lamarão quem iniciou as investigações sobre essa área. Ele conta que tudo começou com um anúncio no jornal *Estado de S. Paulo*, em dezembro de 1994, que oferecia a maior fazenda do mundo com 60 milhões de metros cúbicos de 37 diferentes espécies florestais inventariadas e 28 rios, por R\$ 40 milhões — dinheiro que nunca chegou a ser pago.

"Meses depois, três assessores do senhor Cecílio Rego de Almeida estiveram aqui no Instituto de Terras do Pará (Iterpa), manifestando o interesse do empresário na aquisição da terra", lembra Carlos Lamarão. "Avisamos que não comprasse a área, pois se arrependeria, porque a origem das terras não tinha nenhuma sustentação legal. O Iterpa havia sido criado em 1976 e desde então fazíamos levantamentos de registros irregulares em cartórios do estado", explica o procurador do estado, na época diretor do departamento jurídico do órgão.

DOCUMENTOS FALSOS

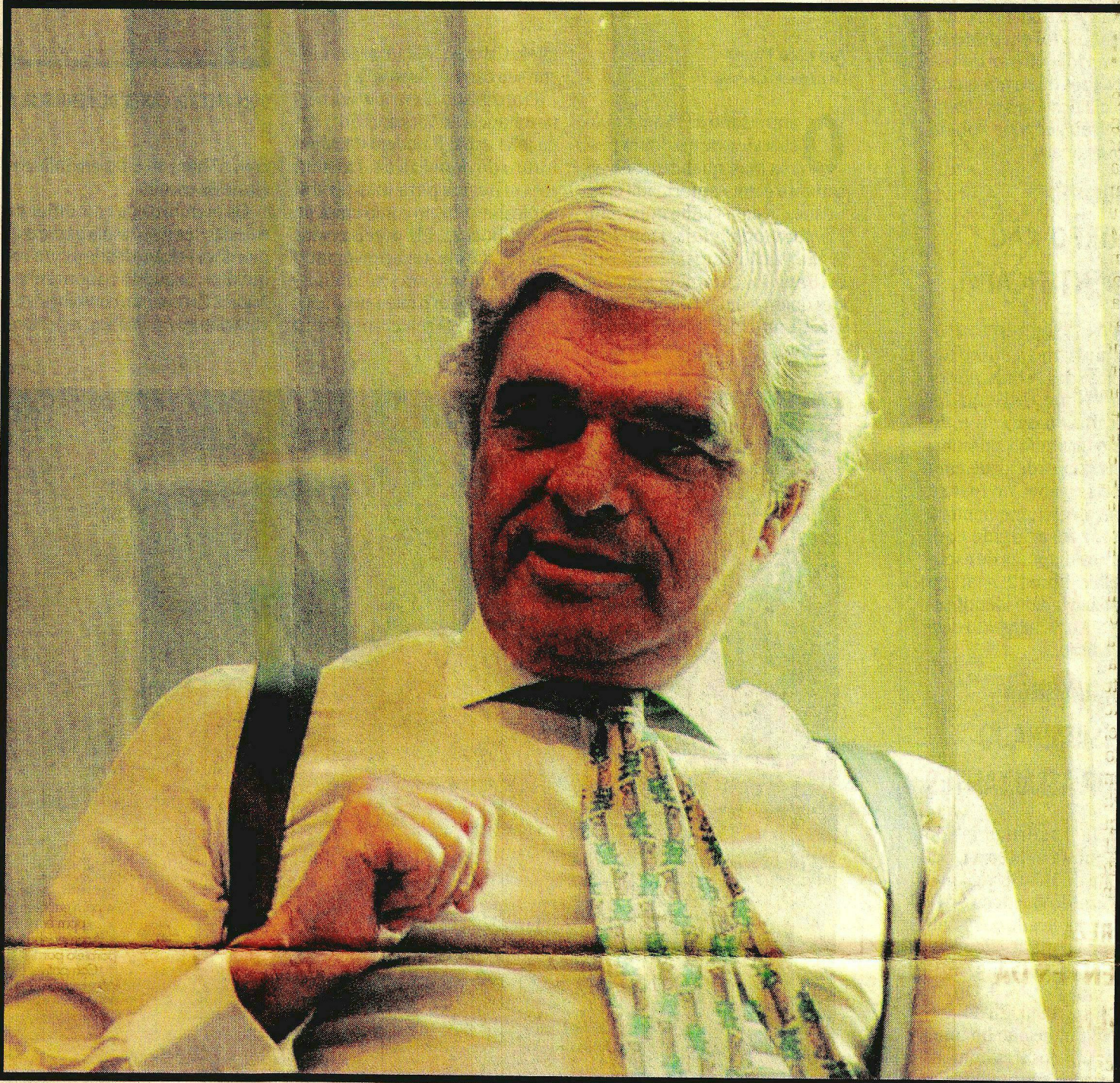
Segundo Carlos Lamarão, os registros usados para apropriação das terras eram contratos caducos de arrendamentos de floresta do início do século que eram repassados irregularmente como herança em livros de propriedade nos cartórios. Esses arrendamentos eram feitos entre o governo do Pará, que fazia concessão de terras do estado a particulares para exploração de seringais e castanhais por períodos de dois anos cada contrato.

Em agosto de 1996, em nome do Iterpa, Carlos Lamarão entrou com uma ação de nulidade e cancelamento da matrícula, transcrições e averbações no registro de imóveis da Comarca de Altamira, referentes ao imóvel denominado Gleba Curuá, com cerca de 4,7 milhões de hectares, que estava em nome da empresa Indústria, Comércio, Exportação e Navegação do Xingu Ltda (Incenxil), com sede em Altamira, constituída em sociedade com a Rondon Agropecuária Ltda, com sede em Curitiba — onde Cecílio Almeida mora e tem a sede de seus negócios. A Rondon é da família Almeida.

No último dia 17, a CPI da Grilagem ouviu testemunhas do caso. O tabelião do 3º Ofício de Notas de Belém, Adriano Queiroz Santos Filho, explicou como a fraude foi montada. Ele diz que tudo começou com um pedido de informações do Incra ao cartório de Altamira, que foi respondido com um memorial descritivo sobre propriedades na região. Mais tarde, esse documento seria usado na grilagem.

Adriano Queiroz acusou uma funcionária do cartório de Alta-

Marcelo Soubhia/Folha Imagem



ALMEIDA, SUSPEITO DE TER GRILADO TERRAS NO PARÁ, SE DIZ INCOMPREENDIDO E AFIRMA QUE NÃO QUER EXPLORAR A FLORESTA, MAS PRESERVÁ-LA

Lindauro Gomes 12.8.00



JUNGMANN ACREDITA QUE O RECADASTRAMENTO ACABARÁ COM GRILAGEM

mira de transformar registros de 52 mil hectares de terras do estado para os 4,772 milhões — invadindo patrimônio da União. A CPI chamou a funcionária para depor, mas ela alegou que não poderia por motivos de saúde. Mas ainda deverá ser convocada.

"Essa foi a mais importante audiência que tivemos nessa CPI porque esclarece com farta documentação um caso emblemático de grilagem no país", disse o relator da comissão dos deputados que investigam a apropriação criminosa de terras no Brasil, Sérgio Carvalho (PSDB/RO). A CPI já realizou audiências em Belém, Manaus, Cuiabá, Porto Velho, Rio Branco e Boa Vista. Os deputados esperam desbaratar a grilagem de 20 milhões de hectares de terras na Amazônia.

HISTÓRIA MAL CONTADA

Ao mesmo tempo, o superintendente da Polícia Federal no Pará, Geraldo Araújo, corre contra o tempo para saber o que há por trás da papelada que transfere os milhões de hectares da floresta amazônica para a família de Cecílio Almeida. "Em dois ou três meses teremos concluídas as investigações. Será uma bomba", adianta. Embora não ofereça detalhes sobre o trabalho policial, ele garante que a fraude está confirmada. "Não há nenhuma dúvida de que houve falcatura. Falta definir quem é o responsável. Vamos ratificar o

que todo mundo já sabe, que é uma baita grilagem", ressalta.

Cecílio Almeida nega a grilagem. Segundo ele, as terras são particulares e pertencem à empresa Incenxil. E "indiretamente" também pertencem à Rondon, que ele admite serem de seus filhos, porque as duas empresas são sócias. O empresário diz que é "mantenedor" da Rondon. "É de meus filhos, na medida em que é preciso, eu forneço dinheiro." Em 1992, Cecílio integrou a lista dos homens mais ricos do mundo, divulgada pela revista americana *Forbes*. A C.R. Almeida foi uma das maiores empreiteiras do país, construindo estradas em todo o Brasil e explorando jazidas minerais.

O empresário diz que as terras que pretende no Pará foram transferidas de um espólio em 1970 para a Indústria e Comércio Xingu, incorporada em 1977 por uma nova empresa que é a Incenxil. "Em junho de 1995, através da alteração de contrato social da mencionada Xingu, os sócios que detinham cotas do capital social, daquela sociedade cederam e transferiram as cotas da integralidade do capital social à Rondon Agropecuária Ltda." O empresário se diz incompreendido. Ele afirma que não quer explorar a floresta, mas preservá-la. E proteger os índios do território Baú. "Me dá uma grande pena. Eles não tem maldade nenhuma. Me dá é raiva desses comunistas canalhas dessa CPI", ressalta.